



Universidade de Brasília

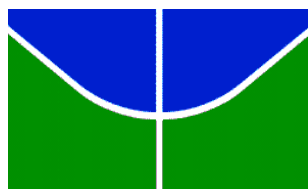
Instituto de Ciência Política

**Senadores e o Agronegócio - Uma análise da
mudança no perfil dos Senadores eleitos na
Região Centro-Oeste**

Rafael Costa Ribeiro

Brasília – DF

Setembro de 2023



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Senadores e o Agronegócio - Uma análise da mudança no perfil dos Senadores eleitos na Região Centro-Oeste

Rafael Costa Ribeiro

Monografia apresentada ao Curso de
Ciência Política, do Instituto de Ciência
Política, Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política sob a
orientação do professor Adrian Nicolas
Albala Young

Brasília – DF

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus.
Agradeço também aos meus pais e meus avós,
que correram para que eu pudesse andar.

Resumo

No Brasil, a política e o agronegócio possuem uma relação íntima que vai além da representação do setor rural. Não somente como uma bandeira ideológica e econômica, o agronegócio surge como ocupação de inúmeros Senadores. A Região Centro-Oeste - composta por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal - se destaca no agronegócio em razão de sua grande representatividade dentro de toda a produção agrícola brasileira. Desta maneira, surge o questionamento em relação à presença de Senadores que possuem ocupações relacionadas ao agronegócio. Os Senadores do Centro-Oeste se tornaram mais ou menos ligados ao agronegócio ao longo dos anos? O aumento ou diminuição de Senadores com estas ocupações está relacionado com o aumento da bancada ruralista dentro do Senado Federal? Neste contexto, esta pesquisa investigou a linha evolutiva de Senadores com ocupações ligadas ao agronegócio, concluindo se houve um aumento ou diminuição do número de Senadores que se enquadram dentro deste contexto. Para isso, foram analisados os números relativos aos Senadores da região que se autodeclararam produtores rurais, agropecuaristas, agricultores e outras profissões similares, desde 1994 a 2014. Com base nestes números, foram analisados também os posicionamentos de todos os Senadores eleitos pela região em relação ao agronegócio, durante a campanha eleitoral. Foram compilados estes dados, permitindo que se relacione a taxa de sucesso destes Senadores eleitos e o posicionamento declarado durante a campanha eleitoral. Para além disso, foram analisados os dados acerca do aumento da bancada ruralista dentro do Senado Federal, por meio de uma análise da Frente Parlamentar da Agricultura - FPA. Há, portanto, evidências de um aumento abrupto da bancada ruralista, apesar da ausência de evidências de que ocupações relacionadas ao agronegócio estejam aumentando ou diminuindo. Entretanto, fica claro que o posicionamento, em relação ao tema, durante a campanha, pode influenciar a taxa de sucesso dos candidatos ao Senado Federal.

Palavras-chave: Senadores. Agronegócio. Ocupações tradicionais. Frente Parlamentar da Agricultura - FPA. Bancada Ruralista. Campanha Eleitoral.

Sumário

Introdução.....	6
1. Marco Teórico.....	9
1.1 Peso do agronegócio na Região Centro-Oeste.....	13
2. Marco Teórico.....	16
2.1 Senadores e a presença do Agronegócio em campanha.....	18
3. Metodologia.....	26
4. Conclusão.....	28
Referências Bibliográficas.....	30

INTRODUÇÃO

A dinâmica de mudança no perfil ideológico dos candidatos a cargos eletivos é um objeto que vem chamando bastante atenção, particularmente para a realidade latinoamericana, conforme exposto por Alcântara (2004). Quando pousamos o olhar no Brasil, observa-se que esse possui grande diversidade entre seus representantes, sobretudo no Poder Legislativo, segundo Nolte (2004), o que abre espaço para discussões acerca do perfil dos parlamentares e se há alguma tendência de mudança, ou não, dos representantes eleitos pelo povo ao longo dos tempos democráticos.

Desta maneira, ao analisar o perfil de Senadores durante o período de campanha eleitoral, percebe-se que os candidatos ao Poder Legislativo brasileiro estão posicionados de forma bastante difusa dentro do espectro ideológico. E, para além do posicionamento ideológico, percebe-se também a inclinação de alguns candidatos a temas específicos, conforme evidenciado nos casos apresentados por Nolte (2004), quando comparados os poderes legislativos do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

Com isso, torna-se importante compreender o perfil parlamentar dos Senadores eleitos ao longo das últimas eleições. O Senado Federal, em específico, por pautar-se em um sistema eleitoral majoritário, se destaca por conta da dinâmica ímpar proporcionada por este sistema, como aponta Pappalardo (2007).

Nesta perspectiva, é importante destacar que esse estudo abordará a possibilidade de mudança no perfil dos candidatos do Senado Federal, apenas na Região Centro-Oeste, por possuir um alinhamento maior com um setor produtivo que desperta interesse por sua participação na política: o Agronegócio. Este recorte regional se justifica por conta da grande participação deste setor na economia local, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui sua economia pautada em produtos do agronegócio. Em linhas gerais, o agronegócio representou, ao longo dos últimos 30 anos, entre 20 e 35% do Produto Interno Bruto do Brasil, conforme dados do Cepea/CNA (2021), o que corrobora a ideia de que seja possível que os candidatos eleitos ao Senado tenham aproximado seu vínculo com este setor. Esta aproximação entre a política e o agronegócio é retratada por Tavares (1995), quando trata da presença de oligarquias rurais na Assembléia Constituinte de 1987.

Desta forma, tenta-se compreender se há influência do setor na orientação dos candidatos ao Senado Federal na região. Também se faz necessário compreender se os Estados e o Distrito Federal possuem comportamento similar, dada a diferença territorial e econômica evidenciada entre eles. O Distrito Federal, por sua vez, não compartilha das mesmas características socioeconômicas e geográficas de seus estados vizinhos, o que pode corroborar com um cenário político distinto. Portanto, esta pesquisa busca compreender se há similaridade, ou não, quando comparados os perfis dos Senadores do DF e dos outros estados.

A análise do perfil dos Senadores eleitos, na referida região e no referido período, será realizada por meio da análise de discursos de campanha, por meio do posicionamento dos candidatos eleitos em relação ao tema e também por meio da declaração de ocupação proferida pelo parlamentar no momento de sua posse. Para subsidiar esta análise sobre a mudança no perfil dos Senadores eleitos, serão utilizados conceitos de Simoni et al (2016); Costa e Codato (2013); e Rodrigues (2014), que destacam, em linha temporal, a evolução das ocupações dos Senadores ao longo dos anos.

Para além disso, a presença de trabalhadores ligados a estes empreendimentos também se mostra, com lógica, substancial.

Desta forma, esta pesquisa busca compreender se houve aproximação dos candidatos ao Senado, ao longo dos anos, para com o referido setor produtivo. Logo, ao traçar o perfil dos Senadores eleitos na região, será possível observar se houve aumento, ou não, do número de parlamentares que declararam vínculo profissional, ou qualquer ocupação, relacionado ao setor nas últimas três décadas.

Com relação ao aspecto eleitoral, partiremos de Neiva e Soares (2013), quando retratam a relação entre a política local nos estados e sua relação com os Senadores eleitos por suas respectivas unidades federativas. Os dados eleitorais utilizados correrão entre o ano de 1989 e 2022.

O recorte temporal escolhido se justifica por conta da consolidação da Constituição Federal de 1988, que passa a permitir a eleição de Senadores da República. De modo a esclarecer a discussão, destaca-se a impossibilidade de utilizar Senadores que já estavam em posse de seu cargo antes do referido período, pois não haveria convergência entre os dados obtidos e os objetivos desta pesquisa. Para tal fim, foram estudados os princípios apresentados por Lijphart (1984), quando sobre incongruências dentro de modelos bicameralistas; para além

dos seguintes autores que dissertam sobre especificidades acerca do Senado Federal: Horta (1989), Bastos et al (1995), Andrade (2008) e Neiva (2011, 2013 e 2014).

Desta forma, elaboraremos uma linha evolutiva no perfil dos Senadores eleitos, o que pode facilitar a compreensão acerca das novas ocupações tradicionais destes parlamentares, como aponta Simoni et al (2016). Por outro lado, abordaremos também os efeitos do sistema eleitoral majoritário na eleição destes parlamentares, destacando a possibilidade de efeitos adversos entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, que gozam de modelos eleitorais ímpares, como aponta Rubiatti (2017), ao tratar de modelos bicamerais que gozam de distintos sistemas eleitorais e Carroll e Pachón (2016), Nolte (2004) E Pappalardo (2004), que apresentam diferentes perspectivas de países da América Latina acerca da mudança ideológica de seus parlamentares. Ao compilar o perfil dos parlamentares eleitos, ao longo das últimas eleições, sistematizaremos, por meio de série temporal, conclusões acerca da tendência de aproximação ao afastamento destes parlamentares em relação ao agronegócio.

A pesquisa será dividida em três capítulos. O primeiro capítulo abordará o marco teórico a que se refere esta pesquisa, em que se encontram os excertos dos autores que versam sobre a dinâmica de evolução do perfil dos parlamentares eleitos e a conclusão acerca do aumento, ou diminuição, do número de parlamentares ligados ao agronegócio dentro do Senado Federal ao longo de diversas legislaturas. Ainda dentro do primeiro capítulo, encontram-se explicações acerca da representatividade das atividades econômicas rurais dentro da Região Centro-Oeste e, por consequência, dentro da economia de cada unidade da federação que compõem a região. O segundo capítulo traz dados quantitativos acerca da evolução da proximidade entre os Senadores do Centro-Oeste em relação ao agronegócio. Para além disso, o segundo capítulo conta com a contextualização acerca da gênese das associações de representação do grande latifúndio brasileiro e sua entrada na política. O capítulo seguinte trará a explicação acerca da metodologia utilizada para a obtenção dos resultados desta pesquisa. Por fim, na conclusão, serão compilados os resultados notados durante a pesquisa, com explicações acerca da presença deste setor produtivo no Senado e os efeitos que causa.

1. Marco teórico

Conforme apresentado por Nolte (2004), Alcântara (2004) e Simoni et al (2016), percebe-se que a discussão acerca do perfil socioeconômico e ideológico dos parlamentares vem ganhando bastante espaço. Para Nolte (2004), esta discussão é reflexo da mudança ideológica é resultado de cenários de revolução econômica e social evidenciados nos países da América do Sul, reflexo da evolução da democracia e de suas instituições políticas.

A partir disso, faz-se necessário introduzir os conceitos de Simoni et al (2016) acerca da popularização do perfil parlamentar e seu efeito no sentimento de identificação entre ele e a população. Segundo os autores (2016), o perfil do candidato pode remeter a características sociais, preferências e perspectivas de seu eleitorado, o que influencia o resultado da política.

Simoni et al (2016) e Rodrigues (2014) abordam a evolução dos parlamentares eleitos e suas ocupações declaradas no momento da posse de seu mandato. Para o autor (2014), a tendência de voto nas eleições no Brasil passa por um momento de mutação. Os parlamentares que antes se ocupavam de profissões tradicionais, como médicos, advogados, economistas e empresários rurais, estão sendo substituídos por parlamentares com ocupações não-tradicionais, o que remete ao efeito da democracia de massas e da popularização desta classe.

Nolte (2004) apresenta um recorte, de 2002, que demonstra a pluralidade entre os Senadores dos quatro países estudados (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai). Percebe-se, de forma clara, que o Brasil apresenta maior número de partidos representados na câmara alta. O gráfico estabelece um critério de identificação dos Senadores entre esquerda e direita, em que o espectro ideológico varia de 1, que representa a esquerda, a 10, que representa a direita. Desta forma, o autor designa, por meio de entrevista a cada bancada, um valor médio. Em comparação com os outros países citados, os Senadores brasileiros possuem o maior intervalo entre as bancadas. Apesar de evidente a presença de casas legislativas heterogêneas, apenas o Chile se aproxima ao intervalo evidenciado no caso brasileiro. Uruguai e Argentina, por outro lado, possuem maior homogeneidade.

A discussão sobre o Senado brasileiro, na obra do autor (2004), corrobora o objeto desta pesquisa, quando se observa que o alinhamento ideológico do cidadão

médio diverge do alinhamento ideológico dos Senadores entrevistados. Segundo o autor (2004), a elite política tende ao centro, enquanto a opinião do povo tende a estar dispersa entre esquerda e direita.

Nolte (2004) ressalta que o Senado possui um caráter mais moderado, muito por conta de seus critérios de eleição, o que corrobora uma tendência de centralização ideológica dos membros da câmara alta. Este fenômeno é evidenciado nos quatro países estudados pelo autor: Chile, Uruguai, Argentina e Brasil. Entretanto, o autor destaca que, em muitos casos, a orientação do parlamentar está diretamente alinhada à orientação de seu partido.

O caso brasileiro apresenta certa divergência em relação ao restante dos países estudados. Para Nolte (2004), certos partidos apresentam ideologia baseada no empresariado, o que reflete no que se espera da relação entre o Estado e o Mercado. Desta maneira, é necessário compreender que, para o autor, a influência da elite econômica brasileira no Estado possui maior peso na ideologia dos partidos de direita, quando comparada ao restante dos países analisados pelo autor. A dicotomia destrinchada por Nolte (2004) entre a esquerda e a direita brasileiras é justamente pautada pela luta entre socialização e o corporativismo do Estado. Partidos de direita, por sua vez, baseiam-se na experiência positiva de defesa dos interesses econômicos de sua elite.

Em concomitância aos conceitos apresentados por Nolte (2004), percebe-se que o Brasil passa por um processo de popularização de sua classe política. Neste contexto, Simoni et al (2016) apresenta um retrospecto que se baseia nas profissões dos representantes eleitos pelo povo. A popularização da política apresentada por Nolte (2004), como reflexo das mudanças sociais e econômicas, evidenciadas no cone sul, converge com a popularização das profissões da classe política brasileira.

O estudo de Simoni et al (2016) apresenta dados acerca das profissões declaradas no momento da posse de Deputados e Senadores, desde 1995 até 2010. O resultado evidenciado pelos autores (2016) é refletido no seguinte excerto: “com relação à sua elite parlamentar, salta aos olhos a constante e acentuada diminuição na proporção de quatro profissões: empresários rurais, advogados, administradores e comunicadores” (SIMONI ET AL. 2016, p. 136). As profissões tradicionais vêm sendo substituídas por profissões diversas, resultado da pluralização da classe política. Para Rodrigues (2014), esta popularização

evidenciada é reflexo da continuidade da democracia de massas. A partir dos conceitos apresentados pelo autor (2014), entende-se que este processo só se concretizaria, em longo prazo, visto que esta popularização seria apenas uma pequena penetração de classes menos abastadas na política. Entretanto, Costa e Codato (2013) apresentam um indicador relevante para se compreender como Deputados e Senadores divergem. Os autores apontam que a câmara alta não dispõe da mesma intensidade na câmara baixa neste processo de popularização. Para os autores (2013), o Senado brasileiro tende a ser mais conservador quando se trata da entrada de parlamentares não oriundos da elite econômica.

Desta maneira, a discussão em que se pauta este estudo converge com os conceitos apresentados pelos autores (2013), pois destaca a massiva presença de parlamentares ligados a oligarquias rurais da região Centro-Oeste, que passa por um momento de sobre-representação de seus estados no Senado Federal.

Analisando o retrospecto de Senadores eleitos pela região Centro-oeste, nota-se que, desde 1994 até 2022, certos partidos estiveram sempre representados nas cadeiras da câmara alta. Em certos momentos, apenas um partido pleiteava as três cadeiras de um único estado. E, para além da dominância de um único partido em certos casos, percebe-se que estes partidos vencedores estão centralizados no espectro ideológico Esquerda-Direita. Este fenômeno é explicado por Vanberg e Powell (2000), quando abordam as diferentes dinâmicas evidenciadas em sistemas eleitorais distintos.

Para os autores (2000), as eleições legislativas não possuem a intenção de representar uma diversa gama de preferências da sociedade ou sequer converter estas perspectivas em assentos nas casas legislativas. Em contrapartida, sistemas eleitorais majoritários, como o do Senado, visam reduzir as diferenças entre os cidadãos, criando uma maioria legislativa que represente as preferências políticas da maioria. Ao citar o sistema eleitoral alemão, os autores destacam que os pequenos partidos passam a ocupar cada vez menos assentos, resultado da aplicação de um limite de representatividade mínima para que cada partido possa contemplar parlamentares eleitos. O dispositivo aplicado ao caso alemão é similar à Cláusula de Barreira, que passou a ser aplicada no Brasil. A referida delimitação aplicada ao sistema eleitoral prevê a necessidade de obtenção de votos aos partidos que disputam eleições em modelos proporcionais. Portanto, a medida não se aplica às eleições majoritárias. Entretanto, esta diretriz recebe o devido destaque

por conta da explanação dos autores (2000), ao afirmarem que sistemas modelados com diversas limitações tendem a trazer uma maior desproporcionalidade nos parlamentares eleitos.

Uma segunda questão há de ser levantada: o efeito visto em pequenos distritos. Para os autores (2000), pequenas regiões, com a população relativamente pequena apresentam maior desproporcionalidade, pois assim como no caso anterior, favorecem os grandes partidos. A título de exemplo, traz-se o caso norueguês, que não possui tantas diretrizes eleitorais, mas que tem o mesmo efeito. Portanto, à luz de Vanberg e Powell (2000), é possível compreender que, em modelos eleitorais extremamente delimitados ou em regiões pouco populosas, prevalecem os partidos de maior porte.

Observando a região Centro-Oeste, entende-se que a segunda possibilidade está adequada aos resultados eleitorais, porém, somente esta prerrogativa não justifica a massiva presença de representantes das elites rurais na maior parte dos assentos do Senado Federal.

Vale observar outro fenômeno apresentado pelos autores (2000), que versa sobre a adaptação dos partidos políticos às prioridades regionais. Desta forma, entende-se que, um partido pode priorizar uma região em detrimento do cenário total, obtendo um resultado ímpar na região, diferente do que se observa em plano nacional. Os autores (2000) indicam um cenário de *malapportionment*, que converge com os excertos de Tavares (1995), ao relacionar o cenário de sobre-representação à dinâmica evidenciada entre parlamentares na Assembléia Constituinte e a massiva presença de membros de oligarquias locais no parlamento.

Contando com uma bancada avassaladora no Congresso Constituinte, foi possível às oligarquias regionais do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste não só preservar a representação paritária dos Estados no Senado, mas assegurar a continuidade, no art. 45 da atual Constituição, do preceito que, na tradição das constituições republicanas precedentes, desfigura a proporcionalidade e a verdade da representação política, comprometendo-lhe a eficácia, vulnerando o equilíbrio da federação e a igualdade do voto entre os eleitores dos diferentes estados, em benefício daquelas oligarquias, e com o prejuízo da maioria moderna da população brasileira. (TAVARES. 1995).

Desta forma, entende-se que a presença de um sistema eleitoral majoritário, repleto de limitações, quando aplicado a um pequeno grupo de votantes, resulta na sobre-representação de partidos maiores ou de grupos políticos com maior

influência na região. Portanto, há a possibilidade de influência de certos grupos econômicos na eleição dos Senadores da região Centro-Oeste.

1.1 Peso do agronegócio na Região Centro-Oeste

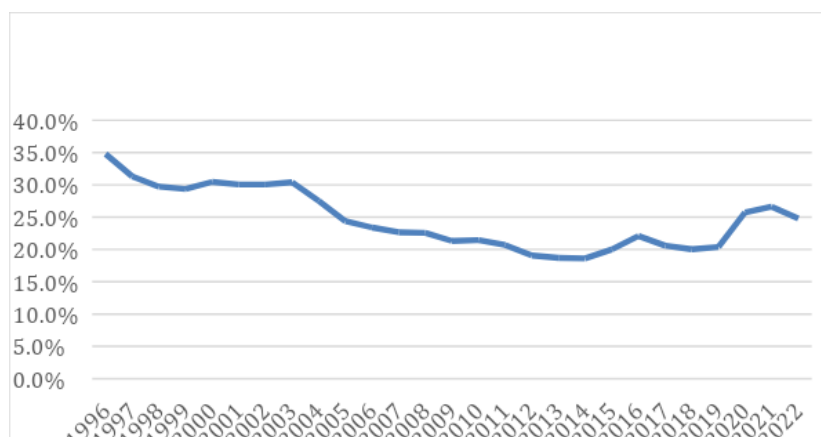
Conforme apresentado por Barros e Silva (2008), entende-se o agronegócio como elemento que congrega a agropecuária propriamente dita, somada ao setor de produção de insumos para a agricultura, ao setor de processamento da matéria prima agrícola mais os setores produtores de insumos e ao setor de distribuição. Enquanto a agricultura, sozinha, representa 10% do PIB brasileiro, o agronegócio alcança a marca de um terço.

Desta maneira, é relevante compreender como um setor tão importante para a economia do país pode influenciar os rumos da política, seja por meio de financiamentos de campanha ou por influência econômica na tomada de decisão. Portanto, prosseguiremos buscando a relação entre a inclinação dos Senadores ao setor e o aumento da injeção de fundos no meio político. Entretanto, deve-se destrinchar a relevância deste setor para a região destacada nesta pesquisa.

Segundo estudos publicados, em 2022, pelo Centro de Estudos Avançados em Econômica Aplicada (CEPEA), da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" na Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), o agronegócio vem ganhando espaço na participação do Produto Interno Bruto (PIB), do Brasil, ao longo das últimas duas décadas. O recorte, apresentado pelo Cepea, contempla o período entre 1996 e 2022.

Conforme o gráfico apresentado abaixo, o recorde de participação do Agronegócio no PIB do país é evidenciado na década posterior à redemocratização do Brasil (1988), entretanto, o recorte temporal que será analisado traz, como ano base, o ano de 2010. Em linhas gerais, o recorte busca contemplar a dinâmica de participação do setor na economia brasileira, a partir de sua última queda, datada em 2014, e que se manteve estável até 2018. Conforme gráfico abaixo, percebe-se que a participação do Agronegócio no PIB do Brasil, desde 1996, mantém-se entre 20% e 35%. Ao analisar o cenário econômico do setor no século XXI, é evidente que a participação flutua entre 20% e 25%, com pico no ano de 2020. (Conforme Gráfico 1)

Gráfico 1 - Participação do Agronegócio no PIB do Brasil (em %) de 1996 a 2022



Fonte: Cepea/CNA

Segundo Barros e Castro (2022), o número de trabalhadores ligados ao agronegócio cresceu pouco mais de 11% entre 2012 e 2018. Ainda à luz do autor (2022), 27,5% dos postos de trabalhos, sejam formais ou informais, no Centro-Oeste, em 2018, estavam ligados à agricultura ou à pecuária. Quando evidenciados os estados em separado, tem-se um percentual ainda maior em alguns deles. Mato Grosso apresenta a maior porcentagem de trabalhadores ligados ao setor, contando com a porcentagem de 33,68%. Mato Grosso do Sul, em segundo lugar, apresenta uma porcentagem de 30,55%. Goiás, por sua vez, possui a marca de 23,6% de trabalhadores ligados ao agronegócio. O Distrito Federal não foi incluído na pesquisa. Entretanto, apesar da ausência de dados sobre o tema no Distrito Federal, outro dado foi exposto pela Agência Brasília (2022), que afirma que a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri) do DF registrou, em 2021, um aumento de cerca de 27% da produção agropecuária do Distrito Federal, quando comparado ao ano de 2020. Da mesma maneira, a referida agência (2022), afirma que mais de 30 mil pessoas foram empregadas diretamente pelo setor. Desta forma, o agronegócio representou, em salários, 27,67% de toda a folha salarial da região.

Para além da visão centrada apenas nos trabalhadores rurais, esta pesquisa se baseia também na análise minuciosa de cada estado da região, evidenciando a participação da indústria rural em sua matriz econômica.

A primeira unidade federativa a ser destacada é Goiás. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), em 2017, a produção de soja compunha 38,82% da matriz de exportação do

estado, contemplando o primeiro lugar no *ranking* de produtos exportados. Ao todo, o agronegócio movimentou, em 2017, aproximadamente 75,11% do valor integral de exportações do estado.

Mato Grosso do Sul, segundo dados obtidos no portal oficial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2022), possuiu dinâmica de exportação similar à de Goiás. Produtos de natureza agropecuária e agrícola compunham, em 2022, 71,93% de participação na matriz de exportação do estado. Para efeito comparativo, em 2017, segundo dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, o rol de produtos oriundos do setor caracterizava pouco mais de 53% do todo exportado pelo estado.

Segundo o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Estado de Mato Grosso é o principal impulsionador da economia agrícola brasileira. Para a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico (Sedec) de Mato Grosso, o agronegócio é responsável por 21,36% do PIB do Estado.

Entretanto, nota-se que o Distrito Federal não compartilha do mesmo afinco na produção agrícola, muito por conta de suas delimitações geográficas, o que por si só já impediria o DF de acompanhar os outros Estados citados. Desta forma, não será possível afirmar que todas as UFs da região gozem da mesma influência do agronegócio na política local. Portanto, a partir desta premissa, espera-se um resultado político distinto para o DF.

A partir disso, ao comparar o desempenho político dos Senadores eleitos pelas quatro UFs, citadas anteriormente, espera-se que não haja um alinhamento político, de forma que o Distrito Federal seja uma peça à parte da competição eleitoral.

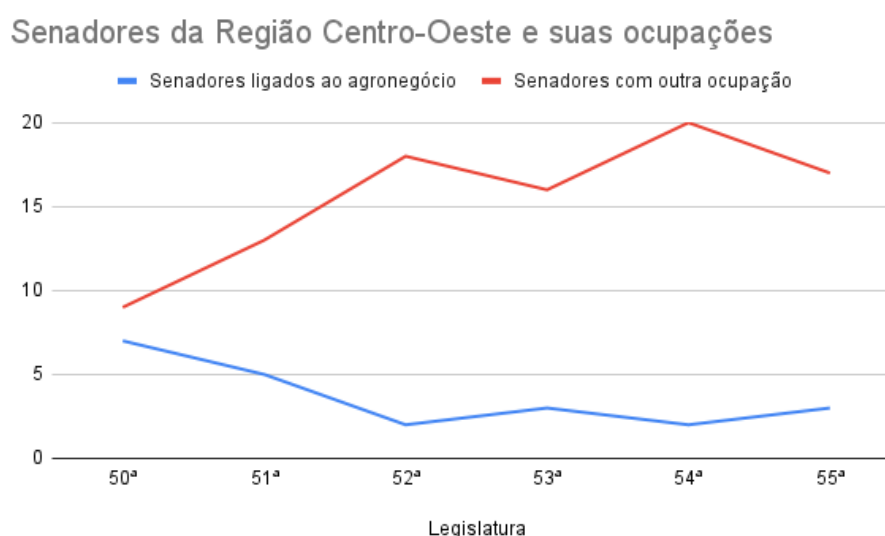
2. Marco Empírico

Ao analisar o peso do agronegócio na dinâmica política brasileira, percebe-se um fator que se destaca no meio legislativo, a massiva presença de parlamentares, sejam Senadores ou Deputados, que se alinham às prioridades da pasta, sem sequer possuir vínculo anterior com o tema. Já conhecida como a “Bancada do Boi”, os representantes dos interesses no agronegócio no Poder Legislativo gozam de maioria, possuem o maior número de parlamentares em sua bancada. Porém, é imprescindível conhecer o número de parlamentares que, em campanha, ou durante a posse, se declararam como pertencentes e representantes desta pasta.

Ao traçar uma linha temporal que compreenda o perfil dos Senadores eleitos desde 1994. Enquadrando apenas o número de empresários rurais, ao longo dessas três décadas, torna-se possível compreender se houve uma oscilação no número de parlamentares que se autodeclararam da referida maneira.

Adotou-se, como medida, o período que compreende cada legislatura e os Senadores que ocuparam as cadeiras de cada unidade da federação, sendo o Senador titular ou suplente. Cabe a ressalva quanto ao número de parlamentares em cada legislatura, que variou por conta da presença ou não de mandatários suplentes que assumiram a cadeira em determinado momento.

Gráfico 2 - Parlamentares da Região Centro-Oeste e sua ocupação



Fonte: Dados obtidos no perfil de cada parlamentar. Senado Federal

Segundo Rodrigues (2009 e 2014), o número de empresários, principalmente aqueles ligados ao agronegócio, passa por um processo de diminuição na frequência na Câmara dos Deputados, o que se reverteria, de um lado, em uma diversificação ocupacional de modo geral e, de outro, a um aumento específico no número de trabalhadores manuais, pastores, professores e comunicadores. Por sua vez, os estudos relacionados a esse aspecto sobre o Senado apontam que essas tendências seriam mais matizadas na Câmara Alta (Costa e Codato 2013). (SIMONI ET AL. 2016).

Outro fator de relevância nesta pesquisa e que não está descrito no gráfico acima é a divisão da ocupação por unidades da federação. Quando da obtenção dos dados, percebe-se que o Distrito Federal e o Mato Grosso do Sul, tradicionalmente, dispõem de mais parlamentares com ocupações tradicionais, mas não relacionadas ao agronegócio. O Distrito Federal possui, dentro do período demarcado, apenas um Senador que declarou sua ocupação ligada ao agronegócio. Goiás e Mato Grosso despontam com maior número de parlamentares ligados ao setor produtivo. Mato Grosso, por sua vez, é o único estado que possui, desde a 50ª legislatura (1995 a 1999), pelo menos um Senador, seja titular ou suplente, que esteja ligado ao agronegócio. Consolidando os fatos evidenciados anteriormente, segue gráfico com o número de Senadores, titulares ou suplentes, que estão ligados ao agronegócio, com divisão por estado.

Gráfico 3 - Senadores ligados ao agronegócio por estado



Fonte: Senado Federal

Portanto, à luz de Simoni et al (2016), nota-se que na Câmara Alta, a elite parlamentar se fez estável, ao longo das legislaturas, com exceção à queda notada entre as 50^a e 51^a legislaturas. Nas palavras do autor (2016),

“[...] trabalhadores manuais e pastores se encontram em menor número no Senado, o que indica que, no geral, essa Casa seria menos aberta à inclusão de setores oriundos de status social mais rebaixados” (SIMONI ET AL. 2016).

2.1 Senadores e a presença do Agronegócio em campanha

Grossman e Helpman (1994) afirmam que grupos civis organizados destinam suas contribuições financeiras para campanhas para representantes políticos que tomem medidas que os beneficiem. Os autores entendem que é necessário reconhecer o papel destas organizações quando imersas dentro processo eleitoral e que esta dinâmica é normal em todas as esferas da política, desde doações a vereadores até o Presidente da República.

A primeira organização civil que representou o grande latifundiário surge, no entanto, antes do período de redemocratização do país. Em 1985, surge a União Democrática Ruralista (UDR), como resposta da oligarquia às propostas reformistas da época. Para Locatelli e Lima (2017), a ação política da UDR proporcionou um ambiente de intervenção nos movimentos contrários à manutenção dos grandes latifúndios e de difusão de discurso junto a suas bases sociais. Desta maneira, o arrecadamento de fundo para campanha de candidatos que representassem suas prerrogativas surgiu de forma orgânica.

A organização viu-se na necessidade de eleger representantes que promovessem seu discurso dentro das arenas de poder, seja no Executivo ou no Legislativo. Para os autores (2017), o mecanismo adequado seria a junção com o grande capital.

Apesar de possuímos os dados de ocupação dos Senadores, desde a 50^a legislatura, é necessário, para complementar o objeto desta pesquisa, verificar se, durante a campanha eleitoral destes parlamentares, houve alguma sinalização de seu posicionamento em relação ao tema.

Portanto, para tal fim, serão analisados discursos e materiais de campanha, das quatro unidades federativas que compõem a Região Centro-Oeste: Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Destaco a ressalva quanto à necessidade de se analisar apenas a campanha dos Senadores Titulares eleitos. Desta forma, esta pesquisa abstém-se da análise do comportamento de Senadores que não gozaram da vitória durante as eleições.

Para esta pesquisa, os candidatos eleitos para ocuparem cadeiras no Senado serão divididos em três distinções: Candidato que se posiciona positivamente em relação ao Agronegócio, Candidato que se posiciona negativamente em relação ao Agronegócio e o Candidato que não possui registro acerca do tema em sua campanha. Em relação ao candidato que não possui registro em campanha, estão aqueles candidatos que não possuem material de campanha disponível em relação ao tema, seja por ausência de qualquer conteúdo, seja por candidato que não cita este setor produtivo. Ainda que o Senador escolhido possua propriedades rurais e tenha se aproximado do tema durante o mandato, serão enquadrados apenas os pronunciamentos, em campanha, do então candidato, descartando qualquer envolvimento que não esteja dentro deste quadro. Escolhe-se esta metodologia, pois assim se pode delimitar os candidatos que buscaram dialogar e representar os interesses do agronegócio no momento de campanha eleitoral. Simoni et al (2016) cita argumentos em prol da tese que busca compreender como as características sociais de um candidato a cargo eletivo podem influenciar as preferências dos eleitores, conforme seguinte excerto:

Alguns autores argumentam que as características sociais dos políticos podem impactar, em maior ou menor grau, em questões como preferências e/ou perspectivas e, logo, podem afetar o resultado da política (Carnes e Lupu 2015; Sanches e Young 2015; Schwindt-Bayer e Mishler 2005; Young 2000). (SIMONI ET AL. 2016).

Esta visão é retomada posteriormente por Simoni et al (2016), que esclarece esta noção de pertencimento e perspectivas, diferenciando os dois termos. Para esta pesquisa, é importante compreender que apenas o fato de um candidato possuir propriedades rurais ou votar em favor de uma pauta não é suficiente para que o eleitor o identifique como personagem político que representará suas perspectivas, conforme trecho a seguir:

Essa visão foi recentemente retomada por teóricos que advogam uma maior inclusão de minorias sociais na política e que buscam incorporar as críticas usualmente feitas contra essa literatura. Nessa linha de argumentação, Young (2000), preocupada em não cair em um simples determinismo social, distingue conceitualmente a noção de “interesses” de “opiniões” e de “perspectivas”, ao afirmar que, embora indivíduos pertencentes a certos grupos sociais não necessariamente possuam interesses ou opiniões a eles intrinsecamente ligados, suas experiências de vida e o pertencimento a esses grupos criam certas perspectivas. (SIMONI ET AL. 2016).

Portanto, tendo em vista as explicações dos autores, partiremos para a análise do perfil dos candidatos eleitos em cada uma das Eleições Gerais Ordinárias que ocorreram desde 1994. Conforme já estabelecido, não serão enquadradas as relações pessoais dos candidatos com o setor fora do momento de campanha eleitoral.

A primeira Eleição Geral Ordinária a ser analisada ocorre justamente em 1994. Em razão da indisponibilidade de conteúdo acerca da campanha da maioria dos candidatos eleitos, não há possibilidade de mapear com clareza o posicionamento dos oito Senadores analisados. Entretanto, dois pronunciamentos foram obtidos e computados para esta pesquisa, sendo um neutro em relação ao tema e outro favorável. Apesar de irrisória, a quantidade de pronunciamentos obtidos reflete uma questão que será abordada posteriormente nesta pesquisa. O Distrito Federal, em comparação aos outros três estados que compõem a Região Centro-Oeste, não possui a mesma representatividade no setor rural, por conta de sua área, pequena quando comparada aos estados que o cercam e por conta da alta taxa de urbanização. O único registro neutro encontrado no ano de 1994 é de um Senador eleito pelo Distrito Federal, enquanto o pronunciamento favorável ao agronegócio é de um Senador eleito pelo Mato Grosso do Sul.

Seguindo para 1998, tem-se a renovação de um terço do Senado Federal. Dos quatro Senadores eleitos pela Região Centro-Oeste, nenhum declarou uma ocupação profissional relacionada ao agronegócio, entretanto, durante suas campanhas eleitorais, três deles se posicionaram em favor do agronegócio. Os Senadores dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, se mostraram favoráveis a medidas em prol do setor, enquanto o Senador eleito pelo Distrito Federal não tocou no tema.

Em 2002, o cenário segue similar ao que foi evidenciado nas eleições gerais anteriores. Dos oito Senadores eleitos pela Região Centro-Oeste, nenhum dos

eleitos declarou ocupação relacionada ao setor, entretanto 50% dos Senadores eleitos proferiram discursos em favor do agronegócio. Assim como em 1998, nenhum Senador do Distrito Federal se aproximou do setor durante a campanha eleitoral. Entretanto, Goiás e Mato Grosso gozaram de outro fato relevante, das duas cadeiras de que dispunham na Câmara Alta, uma havia sido preenchida por um candidato que não sinalizou, seja positiva ou negativamente, ao setor.

Em 2006, a presença do Agronegócio aumenta, sobretudo no Distrito Federal, que, até então, se mostrava alheio ao tema. Entre os quatro Senadores Eleitos, apenas um se declarou agropecuarista, justamente o representante do DF. Não foram encontrados alguns dados acerca dos eleitos. Em Mato Grosso, não foram encontradas evidências que indicassem a posição do Senador eleito em relação ao setor e também sua ocupação. Na mesma linha, o candidato eleito por Goiás não possui ocupação declarada. Entretanto, tem-se um cenário majoritariamente favorável ao agronegócio, em que constam três candidatos favoráveis ao setor e um que não pode ser enquadrado nesta métrica por falta de informações de sua campanha.

Em 2010, o cenário de apoio ao agronegócio tende a equilibrar-se, contando com três Senadores que se posicionaram com neutralidade em relação ao tema e outros cinco Senadores favoráveis ao setor. No Distrito Federal, não houve Senador favorável ao meio rural. Com relação às ocupações declaradas, apenas um se declarou como “Empresário Agrônomo”, sendo ele representante de Mato Grosso.

Nas eleições seguintes, em 2014, O Senador representante do Distrito Federal segue sendo neutro em relação ao tema. Em contrapartida, o restante dos representantes de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se mostraram favoráveis ao setor produtivo. Quando se tratando das ocupações declaradas, apenas o representante goiano teve ocupação relacionada com o agronegócio. O recém-eleito por Goiás, o Senador Ronaldo Caiado, é um personagem conhecido pelo setor, sendo o primeiro presidente escolhido para representar a União Democrática Ruralista (UDR), organização da sociedade civil que institucionalizou o agronegócio nas arenas de poder.

Em 2018, tem-se um cenário de perfeito equilíbrio entre os oito representantes do Centro-Oeste. Quatro Senadores se mostraram neutros em relação ao tema, alguns sequer deram a devida atenção ao setor, como os candidatos eleitos para representar o Distrito Federal. Logo, do outro lado, quatro

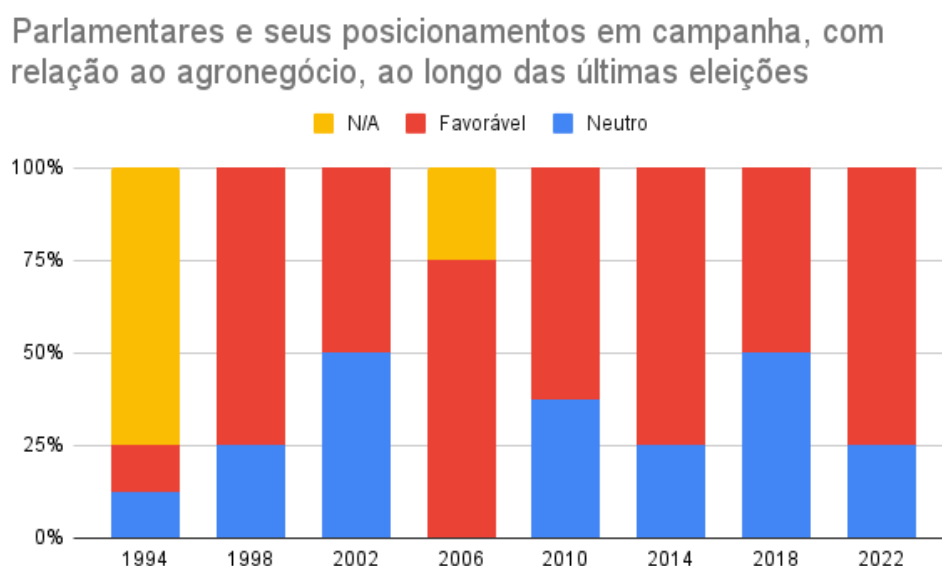
Senadores se mostraram favoráveis ao setor. Em razão da falta de informações disponibilizadas no portal oficial do Senado Federal acerca das ocupações dos referidos parlamentares, apenas dois contaram com esta informação, sendo estes não relacionados com o agronegócio.

Em 2022, o cenário volta a se mostrar majoritariamente inclinado em prol do agronegócio. Dos quatro Senadores eleitos, três se mostraram favoráveis ao setor, enquanto a neutralidade permanece atribuída ao discurso do representante eleito pelo Distrito Federal.

Portanto, tem-se, desde 1994, um cenário de apoio dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em relação ao agronegócio, enquanto o Distrito Federal se mostrou majoritariamente neutro em relação ao tema. De fato, por ser uma região com menor presença deste setor produtivo, dadas as características geográficas e socioeconômicas, que não favorecem a presença de grandes latifúndios.

Para melhor análise dos dados colhidos, segue gráfico que demonstra o que foi explicitado anteriormente. Foram denominadas como “N/A”, as informações sobre a campanha que não foram encontradas.

Gráfico 4 - Parlamentares e seus posicionamentos em campanha, em relação ao agronegócio, ao longo das últimas eleições



Fonte: objetos de campanha eleitoral encontrados em perfis oficiais de cada parlamentar ou na internet

Logo, a partir da compilação dos dados obtidos nesta pesquisa, é possível notar que não há uma clara tendência de aproximação ou afastamento, em relação ao agronegócio, dentro da linha de evolução do posicionamento dos parlamentares durante suas campanhas eleitorais. Vê-se uma oscilação entre as eleições, o que não nos permite cravar que o Senado está mais ou menos ruralista. Apesar disso, é importante ressaltar que não foram encontrados pronunciamentos negativos dos candidatos estudados, em nenhuma das eleições. Sempre que se fala do tema, é de forma positiva. Outrora, muitos outros candidatos não se pronunciaram em relação ao tema, sendo enquadrados como “Neutros”, dentro do modelo gráfico acima.

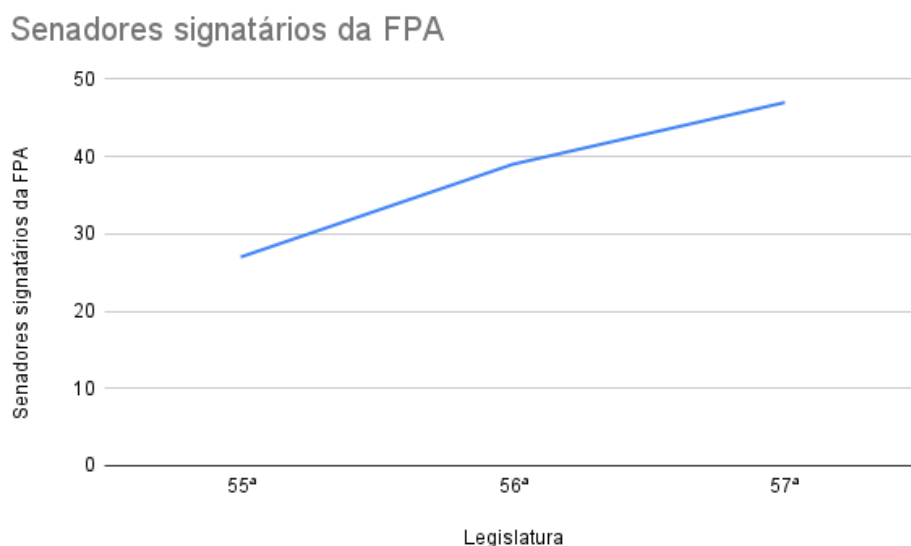
Entretanto, há outro indicativo que pode ajudar na resposta desta questão: a participação dos Senadores na Frente Parlamentar da Agricultura (FPA). As Frentes Parlamentares são associações pluripartidárias de parlamentares que buscam promover debates acerca de um tema específico, no caso da FPA, debates relativos ao agronegócio. Segundo o próprio portal oficial da referida frente parlamentar, a FPA foi fundada em 1995, com sua ata assinada por Deputados e Senadores e tem recebido o devido destaque nos últimos anos por sua eficiente atuação dentro do Congresso Nacional, por reunir mais de 200 parlamentares e por se destacar como exemplo de grupo de interesse e de pressão bem sucedido. Tem sido considerada a Frente Parlamentar com maior influência nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas no Poder Legislativo.

A partir desta explanação, podemos comparar os dados compilados anteriormente com o número de Senadores que aderiram à FPA, desta maneira, pode-se entender a influência deste setor produtivo nos Senadores do Centro-Oeste. Para tal finalidade, serão utilizados dados acerca dos Senadores signatários da Frente Parlamentar desde 2015. Encontram-se, desde 2008, Requerimentos de criação da referida Frente Parlamentar dentro das casas do Congresso Nacional, entretanto, à época, o documento não fazia questão de distinguir a quantidade de Deputados e Senadores que compunham a organização, o que impede que se faça uma leitura clara da quantidade de Senadores signatários. Para além disso, o trâmite regimental proposto para a criação de frentes parlamentares nas 50^o, 51^o e 52^o legislaturas não se dava da mesma forma que se dá hoje em dia. Portanto, para comparar o crescimento do número de Senadores

signatários da FPA, serão utilizados dados a partir da 55ª legislatura, que compreende o período entre 2015 e 2023.

Em 2015, a ata de criação da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA contava com 27 Senadores, o que representava 33,3% dos membros do Senado Federal. Já em 2019, a FPA passa a contar com 39 Senadores, o que representa 48,1% do Senado Federal. Em 2023, bate-se novamente o recorde de Senadores signatários, contando com 50 membros do Senado Federal, o que representa 61,7% dos membros totais da casa. Segue gráfico que demonstra a alavancada de membros ao longo das últimas três legislaturas:

Gráfico 5 - Senadores signatários da Frente Parlamentar da Agropecuária

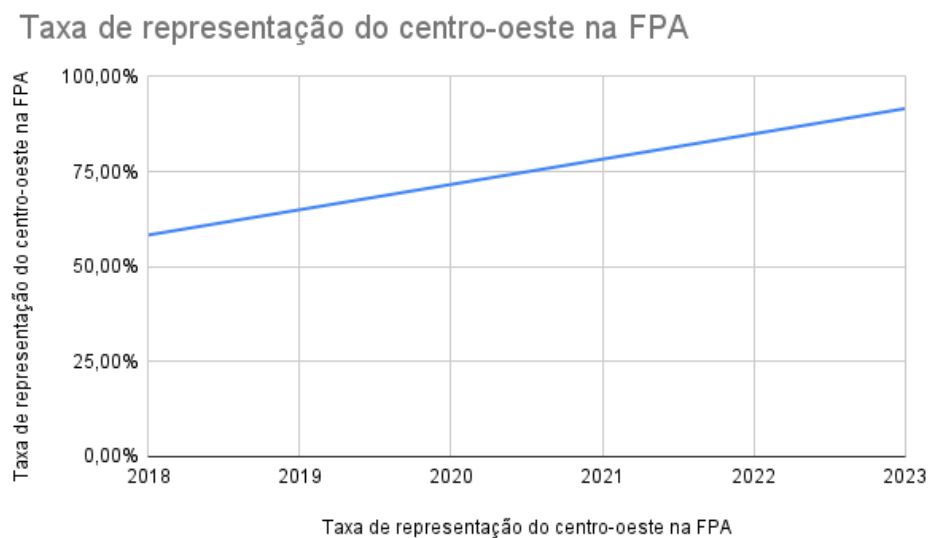


Fonte: Atas de criação da FPA

Assim como a taxa de Senadores membros da FPA cresceu, espera-se que a representação de membros do Centro-Oeste dentro da composição da frente parlamentar também tenha crescido. Em 2018, a frente parlamentar contava com 39 Senadores. Daqueles que compõem a Região Centro-Oeste, cinco não estavam inscritos na frente parlamentar, sendo eles: Leila Barros e Reguffe, do Distrito Federal; Vanderlan Cardoso, de Goiás; Simone Tebet, de Mato Grosso do Sul; e Margareth Buzetti, Suplente de Carlos Fávaro, de Mato Grosso. Portanto, a taxa de representação da região na frente era apenas de 58,3%. Em 2023, na região Centro-Oeste, onze Senadores estão na lista de membros da frente parlamentar. Ao considerar os onze Senadores, entende-se que 91,6% dos Senadores da região

estão ligados ao setor. Como ressalva, apenas um Senador não está presente: Leila Barros, do Distrito Federal.

Gráfico 6 - Taxa de representação dos Senadores da Região Centro-Oeste na Frente Parlamentar de Agricultura (FPA)



Fonte: Atas de criação da FPA

Portanto, entende-se que, a partir dos dados explicitados acima, a taxa de representação do Centro-Oeste dentro dos membros totais da FPA também aumentou, o que representa que o peso da região dentro das discussões sobre o setor centradas na organização também aumentou. Em 2018, os Senadores da região Centro-Oeste representavam 17,9% da composição total da frente. Já em 2023, essa taxa de representação sobe para 22%.

3. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa começa com a coleta de dados acerca das ocupações profissionais declaradas pelos Senadores (Titulares e Suplentes) da Região Centro-Oeste, desde a 51ª legislatura do Senado Federal. Para além da análise da ocupação declarada, viu-se também o posicionamento dos Senadores eleitos ao longo das últimas oito eleições, começando pela primeira eleição geral ordinária ocorrida após o período militar. Tem-se também um breve retrospecto em relação à primeira organização política de representação dos grandes latifundiários brasileiros e o efeito político de sua gênese. Foi esclarecido o peso do setor produtivo rural na economia da região, seja por renda gerada ou pelo número de empregos gerados. Além disso, foi feita uma comparação que traz a diminuição, ou manutenção, do número de Senadores ligados ao agronegócio para com o aumento da bancada ruralista dentro do Senado Federal e a taxa de representação do Centro-Oeste dentro desta bancada.

Foram selecionados aqueles Senadores que se autodeclararam como produtores rurais, agropecuaristas, agricultores e outros termos equivalentes que representam o empresário rural. Ao compilar estes dados, legislatura por legislatura, tem-se o quociente relativo à percentagem de Senadores empresários rurais dentro da totalidade de Senadores da Região Centro-Oeste. Quando destacada a percentagem de Senadores com ocupações ligadas ao agronegócio em cada uma das legislaturas, traçamos uma linha que permite a comparação entre o número de Senadores ligados ao agronegócio ao longo das últimas eleições, linha esta que permite a percepção acerca do aumento ou diminuição destes personagens políticos. Ainda neste mesmo aspecto, a mesma comparação pode ser feita dentro de cada Estado da Região. Desta forma, destacamos a quantidade destes Senadores dentro de sua respectiva Unidade da Federação.

Destacamos também a relevância da agricultura e agropecuária dentro da economia de cada Unidade da Federação que configura a Região Centro-Oeste. Foram evidenciados os quocientes do agronegócio em relação ao Produto Interno de cada Estado e do Distrito Federal. Desta maneira, foram compilados tanto os valores relativos à produção de bens e quantos empregos o setor gerou dentro de cada Unidade Federativa. Foi necessário destacar também a institucionalização de

organizações políticas de defesa dos grandes produtores rurais e seus artifícios de amadurecimento e desenvolvimento dentro da política.

Comparamos os resultados vistos a partir da linha evolutiva das ocupações dos Senadores do Centro-Oeste com o aumento da bancada ruralista dentro do Congresso Nacional. Para tal, foram compilados os dados acerca das assinaturas nas atas de criação da Frente Parlamentar da Agropecuária -FPA, que é a maior bancada temática do Congresso Nacional.

A partir desta metodologia, é possível compreender como o Centro-Oeste tem se comportado em relação à mudança nas ocupações declaradas pelos próprios Senadores no momento de sua posse. À luz dos conceitos de Simoni et al (2016), que já foram explicitados ao longo desta pesquisa, tem-se o aumento de ocupações ditas não-tradicionais e esta pesquisa corrobora com o entendimento da tese do autor, com um olhar direcionado à região de maior produção rural do Brasil.

4. CONCLUSÃO

Pode-se dizer, portanto, que a política e o agronegócio estão plenamente ligados desde a sua concepção, conforme aponta Tavares (1995), ao trazer o cenário de massiva presença de oligarquias rurais dentro da Assembléia Constituinte de 1987.

Assim como foi aferido na obra de Simoni et al (2016), Senadores com ocupações ligadas ao agronegócio têm diminuído dentro do Congresso Nacional, sobretudo na Câmara dos Deputados. Entretanto, no Senado Federal, esta evolução caminha a passo curto em relação à Câmara. O Senado, por seu caráter mais tradicional, tende a desacelerar a transição das ocupações tradicionais para as não-tradicionais.

Quanto aos Senadores com ocupações ligadas ao agronegócio, percebeu-se a diminuição entre 1994 e 2002, se mantendo estável nas eleições seguintes. Desta forma, não é possível afirmar que há uma clara diminuição de Senadores que se enquadram neste quesito.

Entretanto, para compreender o fenômeno de mudança na ocupação dos Senadores do Centro-Oeste, é necessário considerar o contexto em que estes se inserem. A referida região se sustenta com o produto de empreendimentos rurais. A renda gerada, inúmeros empregos e a representatividade da região no PIB do agronegócio são elementos relevantes ao se analisar a importância da produção rural no Brasil.

Quando analisado o comportamento, em campanha eleitoral, dos Senadores que foram eleitos, percebe-se que, desde 1994, não foram encontrados registros de posicionamentos negativos em relação ao agronegócio. Em via de regra, percebe-se que a maioria dos candidatos eleitos se posicionaram de forma favorável ao referido setor produtivo. Em algumas eleições, são equivalentes os posicionamentos favoráveis e os neutros. Com isso, percebe-se que os Senadores eleitos na região, desde 1994, não se colocam em posição contrária ao agronegócio. Quando não se colocam de forma favorável, estes optam por não fazer referência ao meio rural, sendo caracterizados como candidatos neutros em relação ao tema.

Logo, ao considerar as ocupações declaradas pelos Senadores e seus posicionamentos durante a campanha eleitoral, percebe-se que, mesmo aqueles

com ocupações não-relacionadas ao agronegócio, tendem a se posicionar de forma favorável ao setor. E, quando não assim o fazem, preferem se abster desta declaração.

Entretanto, na tentativa de aferir se o Senado está mais ou menos ruralista, optamos por considerar também o aumento da bancada ruralista dentro da arena de poder. Com base nas atas de criação da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA, pode-se compreender melhor a relação entre os Senadores e o agronegócio. Apesar de encontrar as atas de criação da FPA desde 2008 nos sites do Congresso Nacional, estas não faziam distinção entre Senadores e Deputados Federais na quantidade de membros, o que acabou por não permitir que fossem contabilizados os Senadores signatários da frente parlamentar a partir deste ano. Entretanto, ao compilar os dados de 2015 - primeira ata de criação que separava o número de Senadores e Deputados Federais signatários - a 2023, notou-se um crescimento exacerbado, em que quase dobrou o número de Senadores que se aliaram à referida frente parlamentar. Quando observado apenas o Centro-Oeste, percebe-se um aumento parecido, porém um pouco inferior. Entre 2015 e 2023, o Centro-Oeste passou de sete para onze Senadores signatários da FPA. Portanto, dos doze totais, onze Senadores do Centro-Oeste estão inseridos dentro da frente.

Este dado demonstra que apesar da diminuição de Senadores com ocupações ligadas ao meio rural dentro do Senado passado por oscilações ao longo das últimas eleições, a quantidade de membros da bancada rural aumenta em ritmo acelerado.

Desta forma, abre-se espaço para discussões futuras acerca da relação entre a bancada rural, as ocupações declaradas na posse e o posicionamento dos candidatos em relação ao tema durante a campanha eleitoral. Apesar de haver uma clara relação entre a política e o agronegócio, como aponta Tavares (1995), é de grande importância compreender os mecanismos e ferramentas que o setor utiliza para sua entrada na política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasília. Brasília é a 4ª melhor cidade para fazer negócios no agro. 2022. Disponível em:

<<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/12/16/brasilia-e-a-4a-melhor-cidade-para-fazer-negocios-no-agro/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

Agência Brasília. Valor bruto da produção agrícola tem aumento recorde de 27% no DF. 2022. Disponível em:

<<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/04/07/valor-bruto-da-producao-agricola-t-em-aumento-recorde-de-27-no-df/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

ALCÁNTARA, Manuel y LUNA, Juan Pablo. Ideología y competencia partidaria en dos post-transiciones: Chile y Uruguay en perspectiva comparada. Revista de Ciência Política, 2004, vol. 24, n.º 1, pp. 128-168.

ANDRADE, APARECIDA DE MOURA. FUNÇÕES DO SENADO FEDERAL NO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: Uma análise do modelo de representação legislativa bicameral brasileira no sistema democrático presidencialista brasileiro, com ênfase no Senado Federal. 2008.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo; CASTRO, Nicole Rennó. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA) E CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (CNA). Cadeia da Soja e do Biodiesel: PIB, Empregos e Comércio Exterior. 2022 Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Abiov_e_RelatorioCompleto_Maio23.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2023

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo; SILVA, Simone Fioritti. A balança comercial do agronegócio brasileiro de 1989 a 2005. 2008.

BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra (1995). Comentários à Constituição do Brasil. Volume 4, Tomo 1. São Paulo, Ed. Saraiva.

CARROLL, Royce; PACHÓN, Mónica. The Unrealized Potential of Presidential Coalitions in Colombia. 2016.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA) E CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (CNA). PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2021. 2022 Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 9 de maio de 2023.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano . 2013. “Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República”. Em: Os Eleitos. Representação e carreiras políticas em democracias, editado por André Marengo dos Santos, 107-134. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Instituto Mauro Borges. Goiás em dados 2017. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85:goi%C3%A1s-em-dados-2017&catid=19&Itemid=151> Acesso em: 9 de maio de 2023
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Mato Grosso do Sul: Visão Geral dos Produtos Exportados. 2023. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 9 de maio de 2023.

GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan. "Protection for Sale." *The American Economic Review*, vol. 84, no. 4, 1994, pp. 833–50. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/2118033>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

HORTA, Raul Machado. *A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O PODER CONSTITUINTE DO ESTADO*. 1989.

LIJPHART, A. 1984. *Democracies : Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*. New Haven and London : Yale University Press.

LOCATEL, C. D.; LIMA, F. L. S. de. AGRONEGÓCIO E PODER POLÍTICO: POLÍTICAS AGRÍCOLAS E O EXERCÍCIO DO PODER NO BRASIL. *Sociedade e Território*, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 57–81, 2017. DOI: 10.21680/2177-8396.2016v28n2ID11583. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/11583>. Acesso em: 13 set. 2023.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Valor da Produção Agropecuária fecha 2022 em R\$ 1,189 trilhão. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-fecha-2022-em-r-1-189-trilhao>>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

NEIVA, Pedro. *Coesão e Disciplina Partidária no Senado Federal*. 2011.

_____, Pedro. *Senado brasileiro: casa federativa ou partidária?* 2013.

_____, Pedro Robson Pereira; SOARES, Márcia Miranda. *Senado brasileiro: casa federativa ou partidária?*. 2013.

NOLTE, Detlef. PAUTAS DE ORIENTACIÓN SOCIOECONÓMICA Y PERFIL IDEOLÓGICO DE LOS SENADORES EN EL CONO SUR: Attitudes on socio-economic issues and the ideological profile of senators in the Southern Cone. 2004.

PAPPALARDO, Adriano. *Electoral Systems, Party Systems: Lijphart and Beyond*. 2007.

POWELL, Bingham Jr; VANBERG, Georg S. *Election Laws, Disproportionality and Median Correspondence: Implications for Two Visions of Democracy*. 2000

RODRIGUES NETTO, Leôncio Martins. *Pobres e ricos na luta pelo poder: novas elites na política brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks. 2014.

RUBIATTI, Bruno de Castro. O Senado frente às propostas da Câmara dos Deputados no Bicameralismo Brasileiro. Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 27 p., 26-28 de jul. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/80992>>

Semadesc. Carta de Conjuntura N°23. 2017. Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Setor-Externo-Novembro-2017.pdf>> Acesso em: 9 de maio de 2023.

SIMONI, Sergio Junior; DARDAQUE, Rafael Moreira; MINGARDI, Lucas Malta. A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai a popularização da classe política?. 2016.

TAVARES, J. A. G. Desigualdades regionais, desigualdades políticas e reforma eleitoral no Brasil, in: Indicadores Econômicos FEE, 23, 3, 191–217. 1995